



Diário Oficial Jarinu

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -
Jardim da Saúde. Jarinu/SP
CEP 13240-000

(11) 4016-8200
www.jarinu.sp.gov.br

21 junho 24

Edição nº 281

Página 1 de 20

SUMÁRIO

GOVERNO Leis Municipais.....	2
ADMINISTRAÇÃO Compras, Licitações e Contratos	7
ADMINISTRAÇÃO Portarias.....	9
ADMINISTRAÇÃO Convocações	14
EDUCAÇÃO Editais	19
CONSELHOS MUNICIPAIS Atos dos Conselhos.....	19

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu
CNPJ: 45.780.079/0001-59
Endereço: Praça Francisco Alves
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu
CNPJ: 01.569.688/0001-98
Endereço: Rua Antônio de Aguiar
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.
Jarinu/SP
Telefone: (11) 4016-4330



GOVERNO | Leis Municipais

LEI Nº 2.310 DE 20 DE JUNHO DE 2024

“Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do município para o exercício de 2025 e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Esta lei estabelece as diretrizes e bases para definição das metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com o disposto no art.165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, art. 174, § 2º da Constituição do Estado de São Paulo, e art. 4º da Lei Complementar Federal nº101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, estabelece as normas e disposições de controle da execução orçamentária, regula o aumento de despesa de pessoal, bem como dispõe sobre alterações na legislação tributária que vigorarão a partir do próximo exercício.

Art. 2º. A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e Lei Nacional 4320/64, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

I - Desenvolvimento sustentável da cidade;

II - Gestão Ética, Democrática e Eficiente;

III - Desenvolvimento Urbano;

IV - Evolução na transparência pública.

Parágrafo Único. A proposta orçamentária deverá ser elaborada sobre as bases estabelecidas pelas (ODS) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU e suas metas. Que são os seguintes:

ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

ODS 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao

longo da vida para todos;

ODS 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

ODS 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

ODS 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

ODS 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

ODS 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II

Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 3º. Ficam estabelecidas no Anexo I as Metas Fiscais para o exercício de 2025, conforme artigo 4º, Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº131 de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar nº156 de 28 de dezembro de 2016 e portaria STN 699, de 07 de julho de 2023, que aprova a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.

Parágrafo Único. Integram o Anexo I de Metas Fiscais os



seguintes demonstrativos que são evidenciados de forma consolidada:

I – Metas Anuais;

II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, Projeção Atuarial do RPPS;

VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 4º. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal e a portaria STN 699, de 07 de julho de 2023, determinam que o Demonstrativo I do artigo anterior seja instruído com memória e metodologia de cálculos das metas anuais, que constituem o Anexo II, denominado Metas Anuais Memória e Metodologia de Cálculos, composto pelas Tabelas:

I – Receita;

II – Despesas;

III – Resultado Primário;

IV – Resultado Nominal;

V – Montante da Dívida Pública.

Art. 5º. Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo III, denominado Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, em que são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

Art. 6º. Integra também esta Lei o Anexo IV, elaborados conforme modelos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujos demonstrativos são compostos por:

I - Planejamento Orçamentário/ Fontes de Financiamento de programas Governamentais

II - Descrição de Programas Governamentais / Metas e

Custos
Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

III - Unidades

Art. 7º. Os valores apresentados nos anexos de que tratam os arts. 3º, 4º, 5º e 6º estão expressos em reais, em consonância com as regras estabelecidas pela portaria STN 699, de 07 de julho de 2023.

Capítulo III

Das Prioridades da Administração Municipal

Art. 8º. As metas da Administração Municipal para o exercício de 2025, serão distribuídas no orçamento, detalhadas em programas, projetos e atividades, estão especificados no Anexo IV desta lei, contendo programa, ação, indicador, meta física, unidade de medida e o custo financeiro, distribuído por órgãos.

§1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2025 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2025, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas na LDO e no PPA, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

Capítulo IV

Das Orientações para Elaboração e Execução da Lei Orçamentária

Art. 9º A lei orçamentária para o exercício de 2025 e a sua execução, obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (Art. 1º, § 1º, 4º, I a 50 e 48 da LRF), e não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§1º A regra constante do caput deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

§3º Os fundos municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§4º As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas



também em balancetes apartados da Unidade Gestora Principal, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

§5º Programar no âmbito municipal um projeto ocupacional que atenda especificamente a criança e adolescentes.

§6º As receitas e despesas serão estimadas tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo I, que dispõe sobre as Metas Fiscais, Anexo II, que dispõe sobre as Metas Anuais Memórias e Metodologia de Cálculos, e Anexo III, que dispõe sobre Riscos Fiscais.

Art. 10. A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária de 2025 e a remeterá ao Executivo até o dia 31 de Julho de 2024.

Parágrafo único. O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2025, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 11. A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - Prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II - Austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - Modernização na ação governamental;

IV - Princípio do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária;

Art. 12. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária do exercício de 2025, o Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§1º A programação financeira, que apresenta as previsões para as entradas e saídas de recursos, será demonstrada por mês e por bimestre, e distinguirá

as receitas por fontes e as despesas por natureza, e considerará os valores extra orçamentários.

§2º O cronograma mensal de desembolsos, que apresenta as previsões de receitas a arrecadar e de despesas a empenhar, será demonstrado por mês e por bimestre, de forma a orientar os órgãos sobre a capacidade de ordenar as despesas, e levará em consideração os valores extra orçamentários.

Art. 13. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta

dias subsequentes, os Poderes determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§2º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas da educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, respeitados os limites constitucionais.

§3º Não serão objetos de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do município, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais, inclusive aquelas relativas à folha de pagamento do pessoal.

§4º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 13, § 1º, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17 § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no demonstrativo VIII, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art.4º § 2º).

Parágrafo único. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvadas as despesas consideradas irrelevantes, cujos valores não ultrapassem o limite estabelecidos para a dispensa de licitação de outros serviços e compras, a que se refere a Lei nº14.133 de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo de Riscos Fiscais desta Lei.

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do último exercício.

§2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.



Art. 16. A lei orçamentária conterá reserva de contingência com fixação de percentual mínimo de 0,25 % (vinte e cinco centésimos) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária.

§1º A reserva de contingência e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais à sua conta.

§2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá lançar mão de seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais.

Art. 17. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Capítulo V

Dos Créditos Adicionais, Transposição e Remanejamento

Art. 18. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na Lei Orçamentária Anual (LOA), observando o art. 12 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Parágrafo único. Os créditos adicionais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere à Lei, por decreto do Poder Executivo.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2025 créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da despesa total fixada por esta Lei, observado o disposto no artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação de um mesmo órgão;

III - Realizar operações de crédito, até o limite estabelecido, nos termos da legislação em vigor;

IV - Abrir créditos suplementares até o limite da dotação consignada como Reserva de Contingência;

V - A abrir no curso da execução do orçamento de 2025, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

Parágrafo único. Os créditos suplementares de que trata o inciso IV e V não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Art. 20. Serão consignados na lei orçamentária recursos financeiros à Câmara Municipal, para atendimento ao disposto no inciso III do § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal, repassados na proporção de 1/12 (uns doze avos) do total das despesas destinadas ao Legislativo, até o dia 20 de cada mês.

Capítulo VI

Das Transferências de Recursos para Setor Privado

Art. 21. Somente será autorizada a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da Lei Orçamentária Anual, mediante Convenio, Subvenção, Termo de Colaboração, Termo de Fomento, Acordo de Cooperação, Termo de Parceria, Contrato de Gestão, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, e se observadas às seguintes condições:

I - Lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e artigo 12, § 3º da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

II - Os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III - Prova de funcionamento regular da entidade com relatórios de sua contabilidade e comprovante do mandato de sua diretoria;

IV - Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal, a Previdência Social e o Fundo de Garantia.

V - Plano de aplicação dos recursos solicitados;

VI - Outros requisitos que venham a ser estabelecidos ou legislação específica.

§1º A transferência de recursos a instituições privadas das quais se tratam o art.21, não poderá ultrapassar 7% da Receita Corrente Líquida estimada.

§2º Ocorrendo o deferimento por parte do Executivo, este solicitará, através de projeto de Lei, autorização formal ao Legislativo.

§3º O Poder executivo concederá prazo até 30 de janeiro do ano seguinte ao recebimento do repasse, para a prestação de contas, devendo ocorrer à devolução dos valores no caso de desvio de finalidade.

§4º As entidades deverão divulgar na internet, em seus respectivos sítios eletrônicos, as prestações de contas anuais e o acompanhamento das metas pactuadas nas avenças celebradas com o Município, sem o que os repasses não



serão efetuados.

Capítulo VII

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 22. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;

II - Revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - Modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Imposto sobre Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos, Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e justa;

IV - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

V - Atualização da Planta genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário, se necessárias à preservação do equilíbrio

VI - Das contas públicas e à geração de recursos para investimentos, ou, ainda, para a manutenção ou ampliação das atividades próprias do município.

Art. 23. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só será promovida se observada às exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2.000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovam o atendimento do disposto no caput do referido artigo, bem como do seu inciso I ou II.

Parágrafo único. Não se sujeitam às regras do caput a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente e também quando a anistia for referente aos encargos da dívida ativa.

Art. 24. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo renúncia de receita, conforme art. 14, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Capítulo VIII

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal

Art. 25. Desde que observada à legislação vigente, respeitados os limites previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas às exigências previstas nos arts. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

I - Concessão de qualquer vantagem, reajuste ou aumento de remuneração, criação ou transformação de cargos, empregos e funções, ou ainda alteração de estruturas de carreiras;

II - Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título;

III - Criar cargo, emprego ou função e realizar concurso público;

§1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I - Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II - Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do caput;

III - Observância da legislação vigente, no caso do inciso II.

§2º Estão a salvo das regras contidas no § 1º a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§3º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 26. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecidas pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 27. A cessão de funcionários para outras esferas de governo independe de convênios, termos de acordo, ajuste ou congênere, desde que haja recursos orçamentários disponíveis, e que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação.

Capítulo IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 28. Se a lei orçamentária não for publicada até o último dia do exercício de 2024, fica autorizada a realização das despesas de 2025 até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) de cada programa e ação da proposta original do orçamento remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for



promulgada.

Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 29. Integram esta Lei os Anexos I, II, III e IV.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

MAURICIO ALAN BERTOLOTTI
Secretário Municipal de Finanças

Os anexos estão disponíveis na aba transparência do site oficial institucional de Jarinu, com acesso em <https://jarinu.sp.gov.br/publicacoes/planejamento-orcamentario/ldo>

ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO Nº 580/2024

Na forma do Artigo 75, Inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO o ato da contratação por Dispensa de Licitação, em favor da empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - CPNJ nº 03.709.814/0035-37, para prestação de serviços para ministrar cursos profissionalizantes e qualificação profissional de curso de manicure e pedicure e design de sobrancelhas, com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, no valor total de R\$ 69.837,00 (sessenta e nove mil oitocentos e trinta e sete reais), para o período de 12 (doze) meses.

Jarinu, 21 de junho de 2024.

IOHANA JANING
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 526/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à contratação de empresa especializada para fornecimento de MEDICAMENTO ORIGINADO POR DEMANDA Judicial, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 24/06/2024

PRAZO FINAL : 26/06/2024

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os

interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 526/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à aquisição de MEDICAMENTOS originados por DEMANDA JUDICIAL, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 24/06/2024

PRAZO FINAL : 26/06/2024

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br, bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br, cotacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PROCESSO ELETRÔNICO Nº 557/2024

A Prefeitura Municipal de Jarinu, tornar público a abertura de prazo para cotação em que visa à contratação de empresa especializada para fornecimento de CADEIRA DE RODAS PADRÃO MONOBLOCO, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

TIPO: BAIXO VALOR

PRAZO INICIAL : 24/06/2024

PRAZO FINAL : 26/06/2024

REGÊNCIA: ART. 75, §3º da LEI Nº 14.133/21.

LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS: Os interessados podem tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência no site www.jarinu.sp.gov.br.



sp.gov.br , bem como, posteriormente, apresentar proposta de preços, através dos e-mails: compraspmj@jarinu.sp.gov.br , ctacao@jarinu.sp.gov.br e compras@jarinu.sp.gov.br.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu a Concorrência Pública Presencial nº 004/2024 – Edital nº 022/2024 – Processo nº 084/2023 – Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia Civil; com o Fornecimento de Materiais, Mão de Obra, Equipamentos e Ferramentas necessárias para a Execução de Obras de Recuperação (Recapeamento) Asfáltico de 02 (dois) Trechos da Avenida Angelo Bernucci, Centro, Jarinu, SP; através do Regime de Execução Indireta por meio de Empreitada por Preço Global; nos termos dos Convênios nº 101332/2023 (Trecho 01) e 101328/2023 (Trecho 02) firmado pelo Município com a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. O Cadastro das Propostas Iniciais se dará no site <<https://novobbmnet.com.br/>> até às 08H59M do dia 10 de Julho de 2024; e a Abertura da Sessão Pública ocorrerá pontualmente às 09H00M do dia 10 de Julho de 2024. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site <<http://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes>>. Informações através do telefone (11) 4016-8200 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Jarinu, 21 de Junho de 2024.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu a Concorrência Pública Presencial nº 005/2024 – Edital nº 023/2024 – Processo nº 085/2023 – Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia Civil; com o Fornecimento de Materiais, Mão de Obra, Equipamentos e Ferramentas necessárias para a Execução de Obras de Implantação de Rede de Drenagem e Pavimentação Asfáltica (Parcial) em um trecho da Avenida Ticiano, Vila Nova Trieste, Jarinu, SP; através do Regime de Execução Indireta por meio de Empreitada por Preço Global; nos termos do Convênio nº 103510/2023 firmado pelo Município com a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo. O Cadastro das Propostas Iniciais se dará no site <<https://novobbmnet.com.br/>> até às 08H59M do dia 11 de Julho de 2024; e a Abertura da Sessão Pública ocorrerá pontualmente às 09H00M do dia 11 de Julho de 2024. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site <<http://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes>>. Informações através do telefone (11) 4016-8200 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Jarinu, 21 de Junho de 2024

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Jarinu a Concorrência Pública Presencial nº 006/2024 – Edital nº 024/2024 – Processo nº 087/2023 – Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia Civil; com o Fornecimento de Materiais, Mão de Obra, Equipamentos e Ferramentas necessárias para a Execução de Obras de Construção da Área Coberta para Eventos (Fase 01) no Parque Municipal “Orestes Lorencini” (Avenida Vereador João Pedro Ferraz, s/n, Bom Retiro, Jarinu, SP – CEP: 13.240-420); com Área a ser Construída de 200,00 m²; através do Regime de Execução Indireta por meio de Empreitada por Preço Global; nos termos do Convênio nº 189/2023 firmado pela Municipalidade com a Secretaria de Turismo e Viagens do Governo do Estado de São Paulo. O Cadastro das Propostas Iniciais se dará no site <<https://novobbmnet.com.br/>> até às 08H59M do dia 12 de Julho de 2024; e a Abertura da Sessão Pública ocorrerá pontualmente às 09H00M do dia 12 de Julho de 2024. O Edital na íntegra se encontra a disposição dos interessados no site <<http://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes>>. Informações através do telefone (11) 4016-8200 e no site do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Jarinu, 21 de Junho de 2024.

Maria Aparecida Adomaitis
Secretária Municipal de Administração

ATA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 082/2024 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM E RECAPEAMENTO EM TRECHOS DE VIAS DA MALHA VIÁRIA URBANA DO MUNICÍPIO (AVENIDA ÁPIA E GEOVANI PAPINI NA VILA NOVA TRIESTE; RUA INAH, RUA JOSÉ AUGUSTO E RUA CAIO NO BAIRRO MARACANÃ; RUA DEZESSETE E RUA TRINTA E DOIS NA VILA PRIMAVERA; RUA DAS ROSAS BRANCAS, RUA DAS ROSAS VERMELHAS E AVENIDA RONALDO LUCIANO DOS SANTOS DO JARDIM ROSEIRAL; RUA DOS CAJUEIROS E RUA DAS LIMEIRAS NA ESTÂNCIA CLIMATÉICA YPÊ; RECUPERAÇÃO RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE TRECHO DA RUA TRINTA E NOVE NA VILA PRIMAVERA; E EXECUÇÃO DE DRENAGEM PARCIAL EM TRECHO DA RUA FREDERICO FORATO NO JARDIM ROSEIRAL); CONFORME PROGRAMA FINISA (FASE 02); COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Aos 20 (vinte) dias do Mês de Junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro); às 09:00 (nove horas) no Horário Oficial de Brasília; na Sala de Reuniões do Setor de Compras – localizada no Paço Municipal (Praça Francisco Alves Siqueira Júnior, nº 111, Jardim da Saúde, Jarinu, SP – CEP: 13.240-187); reuniram-



se os membros da Comissão Permanente de Licitações para darem início à Sessão de Abertura da Licitação em epígrafe. Durante a Fase de Credenciamento dos Representantes Legais; a CPL atestou o interesse das seguintes empresas: 01) COPAV CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA – CNPJ nº 02.604.777/0001-90; neste ato representada pelo Sr. Roberto Paes de Barros Cintra; portador do CPF nº 183.016.478-33; conforme instrumento de representação; 02) A3 TERRAPLENAGEM E ENGENHARIA LTDA – CNPJ nº 05.326.068/0001-89; neste ato representada pelo Sr. Antonio Carlos Rodrigues de Oliveira; portador do CPF nº 155.095.438-50; conforme instrumento de representação; 03) GR SOLUÇÕES AMBIENTAIS E LOCAÇÕES – CNPJ nº 22.209.321/0001-33; sem representante presente à Sessão; 04) CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 08.183.516/0001-20; neste ato representada pelo Sr. Rubens de Lima Moraes; portador do CPF nº 359.977.078-65; conforme instrumento de representação; 05) OESTEVALLE PAVIMENTAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ nº 06.931.094/0001-07; neste ato representada pelo Sr. Jeser Miquelino Brolo; portador do CPF nº 128.419.478-74; conforme instrumento de representação; Ato contínuo, deu-se início à abertura dos Envelopes nº 01 – contendo a Proposta Financeira das Empresas Licitantes. A Empresa GR SOLUÇÕES AMBIENTAIS E LOCAÇÕES inverteu o conteúdo de seus Envelopes – inserindo a documentação de Habilitação dentro do Envelope identificado como nº 01. Todos os presentes anuíram com a lacração do primeiro Envelope e a abertura de seu segundo Envelope (contendo a Proposta). Após a análise dos Envelopes de Proposta, todas as Quatro Licitantes presentes à Sessão foram convidadas a participar da Fase de Lances; onde a Proposta apresentada pela Empresa CASAMAX COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA sagrou-se vencedora – com valor final de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais). Ato contínuo, foi aberto o Envelope nº 02 da Licitante CASAMAX. Averiguando-se o teor da Documentação de Habilitação; constatou-se sua regularidade nos termos do Edital – apresentando toda a documentação exigida (devidamente vista pelos representantes das demais Licitantes presentes). Assim, a empresa foi declarada HABILITADA. Como não houve manifestação no sentido de interposição de Recurso contra as decisões proferidas pela CPL; abre-se o prazo para apresentação da Proposta Final Readequada do Licitante provisoriamente declarado “vencedor”; nos termos do item 12 do Edital. Os Envelopes nº 02 das Licitantes que não foram abertos nesta Sessão permanecerão fechados e custodiados pela Municipalidade até 05 (cinco) Dias Úteis após o encerramento do certame – podendo ser retirados pelos interessados em até 60 (sessenta) Dias Corridos; quando então serão destruídos. Nada mais havendo a tratar, lavra-se a presente Ata em 05 (cinco) Vias de igual teor.

Jarinu, 20 de Junho de 2024

Comissão Permanente de Licitações:

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Presidente

ADMINISTRAÇÃO | Portarias

PORTARIA Nº 12.889, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“NOMEIA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ADM. Nº 095/2024 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Especial de Avaliação do Processo Administrativo nº 095/2024 - Concorrência Pública nº 002/2024, cujo objeto pretende a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria jurídica na área do direito administrativo, para defesa dos interesses do Executivo Municipal De Jarinu/SP perante o Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo – TCESP, os seguintes membros:

- LUCIANO CALEBE MALTA DE SOUZA – RG. 29.426.413-9

- GUILHERME CRUZ DE OLIVEIRA – RG. 48.699.234-2

- PEDRO PAULINI – RG. 55.271.405-7

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.890, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO A SRA. MIRTES DE MATOS, DO EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Referência 05.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - E X O N E R A a pedido a Sra. MIRTES DE MATOS, portadora da Cédula de Identidade RG. 13.250.455-SSP/SP, CPF. 068.363.848-36 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 11725 Série 606-SP, do Emprego Público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Referência 05.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua



publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO

Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.891, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 552/2024”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

- Art. 1º - D E T E R M I N A R a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 552/2024, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 12.489, de 30 de Outubro de 2023, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

- Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO

Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.892, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“Autoriza a servidora municipal Sra. ROSANGELA CRISTINA DA SILVA a conduzir veículos oficiais da Municipalidade”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - A U T O R I Z A R a servidora municipal Sra. ROSANGELA CRISTINA DA SILVA, portadora da CNH nº 0644711640 - Categoria B a conduzir veículos oficiais da Municipalidade.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO

Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.893, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“Autoriza a servidora municipal Sra. MAGNA DE ANDRADE SILVA a conduzir veículos oficiais da Municipalidade”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - A U T O R I Z A R a servidora municipal Sra. MAGNA DE ANDRADE SILVA, portadora da CNH nº 04382424104 - Categoria AB a conduzir veículos oficiais da Municipalidade.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO

Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.894, DE 17 DE JUNHO DE 2024.

“EXONERA A PEDIDO A SRA. ELIANE APARECIDA DE FÁTIMA OLIVEIRA, DO EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - E X O N E R A R a pedido a Sra. ELIANE APARECIDA DE FÁTIMA OLIVEIRA, portadora da Cédula de Identidade RG. 33.663.976-4-SSP/SP, CPF. 309.976.768-92 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 463009 Série 0251-SP, do Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO



INFANTIL I.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Junho de 2024.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 17 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.895, DE 20 DE JUNHO DE 2024.

“NOMEIA O SR. OTAVIO PRAZERES DA SILVA, APROVADO EM 46º LUGAR NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R o Sr. OTAVIO PRAZERES DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG. 50.109.977-3-SSP/SP, CPF. 432.926.868-06 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 7374 Série 0389-SP, aprovado em 46º lugar, no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2023-EDUCAÇÃO, para ocupar o Emprego Público Temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO FÍSICA, contratado pelo prazo de 180 dias.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 20 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.896, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“NOMEIA OS NOVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - BIÊNIO MARÇO/2023 A MARÇO/2025.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º N O M E A R os novos membros abaixo relacionados para constituírem o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO para exercício de mandato no Biênio Março/2023 a Março/2025:

Representantes do Poder Público:

Titular: ANA LUCIA MENDES – RG: 20.290.068-X

Suplente: DAGMARA LOPES – RG: 23.462.179-5

Titular: CLAUDINEIA DOS SANTOS MENDES – RG. 23.017.552-1

Suplente: DALVA FONTEBASSO ROSA – RG. 15.211.145-1

Titular: MARIA CRISTINA CASARIM MOURA – RG. 16.619.786-5

Suplente: CATIANA GOUVEIA FRANCO EMIDIO – RG. 29.280.003-4

Representantes da Sociedade Civil:

Titular: ZULEIKA OLIVEIRA FERREIRA – RG: 05.282.781-1

Suplente: NEUSA MARIA GAROFALO MARICATE - RG: 08.951.201-7

Titular: KÁTIA BELLI BORDINASSO - RG: 21.230.864-6

Suplente: JORGE MARCOS FERREIRA – RG: 11.804.836-3

Titular: ANAMARIA GROSZE NIPPER – RG: 05.409.434

Suplente: CARLOTA LORENCINI HOVORUSKY – RG: 02.973.420-4

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 12.203 de 23 de Fevereiro de 2023.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.897, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO



DELIBERATIVO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - N O M E A R os membros abaixo para compor o CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE:

Presidente do Fundo Social:

- DIVA APARECIDA SORANZ LOPES DE CAMARGO – RG. 11.285.285-3 - CPF. 867.517.788-72

Vice Presidente:

- RITA DE CASSIA CASTRO SORANZ – RG. 25.328.090-4 - CPF. 265.629.398-79

Secretárias:

- 1ª - RENATA SILVA FERNANDES DOS SANTOS – RG. 41.469.100-3 - CPF. 353.258.328-32

- 2ª – OLGA LIRA DA SILVA – RG. 33.002.287-8 - CPF. 258.610.538-98

Tesoureiras:

- 1ª – MARIA DO CARMO CABRERA DE MORAIS – RG. 14.872.914 - CPF. 068.363.988-96

- 2ª – SONIA MARIA DOS SANTOS – RG. 22.760.029 - CPF. 100.830.278-31

Representante do Poder Público:

- MARLI FERREIRA – RG. 23.613.936-8 - CPF. 120.812.858-27

Representantes da Sociedade Civil:

- DANIELE CABRERA – RG. 40.446.854-8 - CPF. 286.933.438-90

- MERCEDES FERRARA SORANZ – RG. 17.171.451-9 - CPF. 142.950.198-79

- IVANDIRA ROCHA – RG. 13.151.156-7 - CPF. 018.383.248-52

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os efeitos da Portaria nº 11.406 de 28 de Outubro de 2021.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.898, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“DETERMINA ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO Nº 1.507/2024”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, resolve:

- Art. 1º - D E T E R M I N A R a abertura de SINDICÂNCIA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NO MEMORANDO nº 1.507/2024, sendo realizada pela Comissão Permanente de Sindicância, nomeada através da Portaria nº 12.489, de 30 de Outubro de 2023, devendo que os trabalhos sejam concluídos no prazo estipulado no artigo 88 da Lei Complementar nº 129/2011.

- Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.899, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“CONCEDE a Função Gratificada de MEMBRO DE COMISSÃO ao servidor municipal Sr. IDIVALDO CIRINO FRANCO.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela II do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de MEMBRO DE COMISSÃO ao servidor municipal Sr. IDIVALDO CIRINO FRANCO, portador da Cédula de Identidade RG. 15.432.590-9-SSP/SP, CPF. 123.397.038-08 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 84969 Série 0019-SP, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.900, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“CONCEDE a Função Gratificada de MEMBRO DE COMISSÃO ao servidor municipal Sr. VICTOR HUGO VICARI.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela II do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de MEMBRO DE COMISSÃO ao servidor municipal Sr. VICTOR HUGO VICARI, portador da Cédula de Identidade RG. 53.322.985-6-SSP/SP, CPF. 435.053.378-89 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 34870 Série 0389-SP, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.901, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“CONCEDE a Função Gratificada de GESTOR DE EQUIPAMENTO à servidora municipal Sra. ODILA MAZZEI DE BARROS.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela I do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de GESTOR DE EQUIPAMENTO à servidora municipal Sra. ODILA MAZZEI DE BARROS, portadora da Cédula de Identidade RG.

10.480.912-7-SSP/SP, CPF. 052.625.998-18 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 83595 Série 0085-SP, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.902, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“CONCEDE a Função Gratificada de GESTOR DE EQUIPAMENTO à servidora municipal Sra. CAROLINA DE ALMEIDA FERRAZ.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela I do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de GESTOR DE EQUIPAMENTO à servidora municipal Sra. CAROLINA DE ALMEIDA FERRAZ, portadora da Cédula de Identidade RG. 32.989.975-2-SSP/SP, CPF. 326.289.298-05 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 07588 Série 0251-SP, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 12.903, DE 21 DE JUNHO DE 2024.

“CONCEDE a Função Gratificada de ENCARREGADO DE DADOS à servidora municipal Sra. HELEN TAMIRES SILVA CARDOSO”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas



atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela II do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de ENCARREGADO DE DADOS à servidora municipal Sra. HELEN TAMIRES SILVA CARDOSO, portadora da Cédula de Identidade RG. 41.359.974-7-SSP/SP, CPF. 369.172.508-21 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 31146 Série 0318-SP, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 21 de Junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS
Secretária Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO | Convocações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 171/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL I	16 A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
DALVA OLIVEIRA	48º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se

houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 172/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I	15B / 18B	25 / 30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
PRISCILA MATIAS DOS SANTOS RUEDA	104º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição



de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 173/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
OTAVIO PRAZERES DA SILVA	46º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 174/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-ARTES	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ISABELA MOREIRA DA SILVA	25º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 175/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.



CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I	15B / 18B	25 / 30 HORAS SEMANAIS
CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	
BIANCA RODRIGUES DOS SANTOS	105º	

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 176/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 -

EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
ANA CAROLINE APARECIDA DE OLIVEIRA	47º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 177/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.



EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II- EDUCAÇÃO FÍSICA	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
KARINE OLIVEIRA DA SILVA	48º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 178/2024, DE 18 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CARLOS EDUARDO REIS MARTINS	49º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 18 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 179/2024, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II-EDUCAÇÃO FÍSICA	18A	25 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
MOACYR ROTHER NETO	50º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço



Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 19 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 180/2024, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	16A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
NATHALIA ROCHA SOARES DA SILVA	36º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo

de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 19 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Nº 181/2024, DE 20 DE JUNHO DE 2024.

CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, fica convocado o candidato aprovado no Concurso para Preenchimento de vagas de Empregos Públicos, Regime Jurídico Único da Consolidação das Leis do Trabalho (C.L.T.), conforme abaixo discriminado:

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023 - EDUCAÇÃO

PROCESSO MEMORANDO Nº 2223/2022.

EMPREGO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
PROFESSOR DE JORNADA AMPLIADA I	16A	30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
LUCIMARY PARANHOS ALVES	37º

O candidato acima citado deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Jarinu – Secretaria Municipal de Administração Geral, Departamento de Recursos Humanos, no Paço Municipal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de recebimento deste Edital, munido dos seguintes documentos e cópias: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Inscrição no PIS/PASEP, CPF, RG, CNH (se houver), Título de Eleitor e Comprovante da Última Votação, Certificado de Reservista, Atestado de Antecedentes Criminais, Declaração de Bens e Valores atualizada, Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21 (vinte e um) anos, uma Foto 3x4, Comprovante de Endereço atualizado, Comprovante de Escolaridade, Declaração de compatibilidade ou Acúmulo de cargos, além dos Documentos Relativos à sua condição de profissional habilitado para o exercício da profissão, ou os exigíveis para o desempenho do Emprego Público acima mencionado, constantes do Edital do Processo Seletivo



Simplificado nº 001/2023- EDUCAÇÃO.

O não comparecimento e a não entrega dos documentos no prazo acima estipulado, implicará na desistência da vaga.

Jarinu, em 20 de Junho de 2024.

Rosana Fonseca Fumache
Chefe de Divisão de Gestão de Pessoas

EDUCAÇÃO | Editais

COMUNICADO Nº 04 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES – PÓS RECURSO

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES – PÓS RECURSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2024

A Prefeita Municipal de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, torna público o Comunicado de Homologação das Inscrições – Pós-Recurso e Deferimento e Indeferimento das Inscrições – Pós Recurso, do Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 01/2024.

Informa que não houve recurso interposto contra a Homologação das Inscrições e Deferimento e Indeferimento das Inscrições, permanecendo como definitiva as listagens divulgadas em 14 de junho de 2024.

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos contidos no Edital do Processo Seletivo Simplificado.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento é expedida o presente Comunicado.

Jarinu/SP, 20 de junho de 2024.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO
PREFEITA MUNICIPAL DE JARINU/SP

CONSELHOS MUNICIPAIS | Atos dos Conselhos

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP.

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezessete horas e 48 minutos, reuniram-se no pátio da EMEF Gov. Mário Covas Júnior, localizada na Rua Alice de Amorim Gonçalves, nº35 - Centro Jarinu/SP, os membros da Comissão Eleitoral, todos abaixo subscritos. Presentes também MP através do Sr. Dr. Promotor Ricardo Ferracini Neto. Nos termos prescritos pela Resolução 004/23 e suas alterações, que disciplina o presente processo eleitoral complementar, encerrada a votação, iniciou-se a contagem dos votos. À vista do que foi apurado, considerando-se apenas os votos válidos, após o processo de conferência, foram declaradas, na ordem de classificação: 1º - NOME

AMANDA BOHEMIA DA CRUZ – Nº DE REGISTRO 13 , com 81 votos, 2º - NOME EVA APARECIDA PLACIDIO GARCIA Nº DE REGISTRO 05 com 49 votos; e 3º NOME SARA ARLEIDE COELHO DOS SANTOS Nº DE REGISTRO 11 com 13 votos. Sem Ocorrência de VOTOS NULOS. Dando continuidade aos trabalhos, a Comissão informa que procederá à publicação oficial do resultado contendo os nomes dos candidatos eleitos, com os respectivos números de votos recebidos, para fins de eventuais recursos e impugnações, nos termos disciplinados pela citada Resolução. Decorrido o prazo e julgados os recursos/impugnações, o processo seguirá o seu regular trâmite com a divulgação oficial dos candidatos eleitos. A presente Ata será publicada nos sites www.jarinu.sp.gov.br e www.planexcon.com.br e no diário oficial eletrônico do Município, para que produza os efeitos legais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelos presentes à reunião.

Daiane C. S. Santos - Presidente CMDCA
Anna P. P. A. Da Fonseca - Presidente Comissão Eleitoral CMDCA
Ketlyn Neves Abreu - Comissão Eleitoral CMDCA
Patricia R. S. Gouveia - CMDCA
Claudinéia S. Mendes - CMDCA
Cleide C. R. M. Santos - CMDCA
Maria S. B. Souza - CMDCA
Mário C. Maioque Jr. - CMDCA
Kleyton R. Dias - CMDCA
Ricardo Ferracini Neto - Promotor de Justiça

EDITAL 05- DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, designada pelo Conselho Municipal do Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) nos termos da Resolução nº 03/2021 e alterações, responsável pela organização e pela condução do processo de escolha dos candidatos a suplente do conselho tutelar, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com cláusula 6.5 da resolução nº 04/2023, que dispõe sobre a convocação para eleição suplementar do conselho tutelar de Jarinu/SP, faz publicar o presente edital de DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2024, conforme apuração constante da tabela abaixo:

Nº DO CANDIDATO	NOME DO CANDIDATO	TOTAL DE VOTOS	CLASSIFICAÇÃO
18	AMANDA BOHEMA DA CRUZ	81	1º
05	EVA APARECIDA PLACIDIO GARCIA	49	2º
11	SARA ARLEIDE COELHO DOS SANTOS	13	3º

Esclarece, aos que desejarem apresentar Recurso/ Impugnação do RESULTADO DA ELEIÇÃO, que tal ato deverá se realizar impreterivelmente no período compreendido entre os dias 24 e 25 de junho de 2024, diretamente no prédio da Casa dos Conselhos, situado na Rua Leão Rachman, nº 51, Centro - Jarinu (próximo ao conselho tutelar).



E por motivo de transparência, para chegar ao conhecimento de todos, este edital será publicado em sua íntegra nos sites www.jarinu.sp.gov.br e www.planexcon.com.br e no diário oficial eletrônico do Município.

Jarinu, 21 de junho de 2024.

Daiane C. S. Santos
Aldezita Teles de Souza
Anna Paula Piloto de Abreu
Ketlyn Neves Abreu
Cleide C. R. M. Santos

RESOLUÇÃO Nº 08/2024 – ALTERA O CRONOGRAMA DE DATAS ANEXO II DÀ RESOLUÇÃO Nº 07/2024, QUE DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DO CONSELHO TUTELAR DE JARINU/SP

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jarinu/SP, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal nº 1.990 de 27 de abril de 2015 e atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, art. 132 e 139, na Resolução CONANDA n.231/2022, art. 16 § 2º, com aprovação da Comissão Especial Eleitoral, em reunião datada de 04 de abril de 2024, faz publicar a presente RESOLUÇÃO que altera o Cronograma de Datas da Resolução nº 07/2024, nos seguintes termos.

1. O cronograma de datas Anexo II da Resolução nº 07/2024 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Divulgação/Proclamação do Resultado das Eleições	21/06/2024
Período de interposição de recursos do Resultado das Eleições	24/06 a 25/06/2024
Divulgação do julgamento dos recursos do Resultado das Eleições; e Convocação para o Curso de Treinamento/Capacitação	26/06/2024
Realização do Curso de Treinamento/ Capacitação	29/06/2024 e 06/07/2024
Posse dos Eleitos – de acordo com a necessidade e vacância dos conselheiros titulares	A DEFINIR

2. Mantém-se inalteradas a demais disposições da Resolução 07/2024.

3. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jarinu, 21 de junho de 2024.

Daiane C. S. Santos
Adelzita Teles de Souza
Anna Paula Piloto de Abreu
Ketlyn Neves Abreu
Cleide C. R. M. Santos